CNI
COMPI

Informe de Infraestrutura

Conselho Temático de Infraestrutura - COINFRA

Ano 6 - nº 5 – junho 2009

Regulação e Concorrência no Setor Aeroportuário

Historicamente os aeroportos pertenciam e eram operados por governos locais ou nacionais. Desde a década de 1980, no entanto, foram registradas significativas mudanças na estrutura de propriedade, gestão e operação. A corporatização, comercialização e privatização tornaram-se uma tendência mundial, os principais motivos para esse movimento são o maior acesso a investimentos e financiamentos privados, e a melhoria na eficiência operacional. Neste contexto, o estudo "Regulação e Concorrência no Setor de Aeroportos", elaborado pelo professor Heleno Martins Pioner, da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, e por Eduardo Fiúza, da diretoria de Estudos Sociais do IPEA, propos a cisão da Infraero em várias empresas, a abertura de novas subsidiárias e, numa etapa seguinte, a privatização.

Segundo o estudo, para que ocorra o aumento da eficiência, mais importante que a privatização seria a existência da concorrência no mercado onde a empresa privatizada atuaria. Para isso, os autores sugerem a abertura de chamadas de propostas para a construção de novos aeroportos, sejam da iniciativa privada ou de parcerias público-privadas com governos locais.

De acordo com a estratégia para a privatização e reforma regulatória dos serviços aeroportuários proposta no estudo, o governo deveria consolidar a estrutura regulatória, que hoje envolve a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a Secretaria de Aviação Civil e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa, e instituir um novo marco regulatório para o setor. Caso não seja estabelecida uma nova estrutura regulatória, os compromissos das concessionárias dos serviços públicos ficam restritos aos contratos de concessão. Esses contratos poderiam até disciplinar a atuação da concessionária, mas pouco diriam sobre a atuação de outras empresas, presentes no mercado ou potenciais entrantes, não se sabe como elas podem concorrer entre si, nem como elas podem compartilhar ou acessar redes umas das outras.

O plano de ação proposto no estudo prevê a divisão da Infraero em blocos e a abertura de capital das empresas resultantes. A cisão da Infraero deve ser realizada segundo uma nova estrutura tarifária que reflita custos e demandas nos diversos aeroportos. E o sistema de subsídios cruzados internos à Infraero deve ser transformado num sistema de transferências entre os blocos através de um Fundo de Desenvolvimento Regional. O momento seguinte, segundo o plano proposto, seria a privatização propriamente dita das companhias criadas a partir da cisão da Infraero.

Vale notar que já foram divulgadas na imprensa as concessões dos aeroportos de Viracopos e Galeão, além da licitação de um novo aeroporto à iniciativa privada na Grande São Paulo. Segundo o estudo, é preocupante que se estejam planejando tais concessões sem um mínimo de preparação para um novo marco regulatório. Em particular, não foram feitos estudos sobre quais são os reais competidores desses aeroportos.

Apesar das considerações feitas no estudo, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, declarou que a Infraero não será privatizada e que a adoção do modelo de concessão dos aeroportos é uma decisão definitiva do governo. Segundo o ministro, o que está decidido exclusivamente é que a ANAC deverá fazer uma formatação do processo de concessão de aeroportos, e não de privatização.

Fonte: "Estudo Econômico Sobre Regulação e Concorrência no Setor de Aeroportos"- Eduardo P. S. Fiuza e Heleno Martins Pioner, março 2009.
Valor Econômico "Estudo propõe dividir e privatizar a Infraero" (14.05.2009)
Agência Estado "Infraero fará concessão de aeroportos, afirma ministro" (15.05.2009)

Infraestrutura Energética

Energia Elétrica

Aneel quer definição rápida para concessões

A Aneel defende uma definição rápida para as concessões de geradoras e distribuidoras de energia que estão vencendo entre 2012 e 2015. Segundo o diretor-geral da agência, Nelson Hubner, qualquer que venha a ser a decisão tomada pelo governo - renovação das atuais licenças ou uma nova licitação das concessões - ela deveria ser acompanhada de um novo modelo para as tarifas de energia, que deveriam ficar mais baratas e com menos disparidades regionais. Para Hubner, se o governo optar por mudar as atuais regras de concessão, deveria enviar a nova proposta ainda neste ano ao Congresso Nacional. Ele teme que as eleições do próximo ano possam atrapalhar o andamento de uma eventual proposta no Parlamento em 2010 - e deixar para 2011 seria "muito ruim". Hubner disse que uma das hipóteses que considera razoável seria a de prorrogar as concessões de distribuição e licitar as de geração. O argumento é o de que uma transição no controle das distribuidoras seria mais complicada, já que elas prestam serviço direto à população. (26.05.2009 – Estado de São Paulo)

Licitação das concessões pode impactar a expansão do sistema elétrico, afirma Gesel/UFRJ

A opção pela licitação das concessões de geração como sinalizou o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, pode acabar embaraçando a expansão do sistema elétrico brasileiro. A avaliação é do coordenador geral do Grupo de Estudo do Setor Elétrico da UFRJ, Nivalde de Castro, que acredita que o empreendedor vai preferir investir em uma usina já existente do que na construção de uma nova hidrelétrica. "Na licitação, se esteriliza dinheiro novo. Precisamos de dinheiro novo para geração nova e não para energia velha", defendeu. Segundo o professor, nenhum empreendedor, por exemplo, vai preferir investir em Belo Monte (PA - 11.233 MW) se for possível comprar uma hidrelétrica pronta. "Por que vou correr o risco de me envolver com um procurador público, com o IBAMA, se posso comprar as usinas já prontas e começar a vender energia no dia seguinte", questionou. Castro disse ainda que acha difícil que uma solução para as concessões saia ainda este ano. "Esse ano é difícil porque dependendo da solução que se dar pode favorecer um candidato ou outro nas eleições presidenciais", avaliou o professor. (28.05.2009 – Agência CanalEnergia)

MP 450 pode priorizar empresa nacional em caso de empate para registro de PCHs, aponta Apine

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) está analisando as emendas que foram incluídas na Medida Provisória 450, que foi aprovada no Plenário do Senado. Segundo o presidente do conselho de administração da associação, Luiz Fernando Leone Vianna, um ponto que está demandando atenção da entidade é a inclusão de um dispositivo sobre empate para registro, no âmbito da obtenção de autorizações para PCHs. Segundo ele, a emenda estabelece prioridade para empresas nacionais, em caso de mais de uma empresa interessada em um empreendimento para implementação de PCHs e usinas com potências entre 30 MW e 50 MW. De acordo com Vianna, a avaliação preliminar da Apine é de que a alteração é inconstitucional, pois contraria princípios de igualdade de condições. Caso a medida não caia na Câmara dos Deputados, afirmou Vianna, o último recurso para que a medida não saia é o veto presidencial. A MP tem como objetivo principal a participação da União no Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE. (12.05.2009 – CanalEnergia)

Eletrobrás ganha autonomia em licitações

A Câmara dos Deputados concluiu a votação da MP 450, que flexibiliza as regras de licitação da Eletrobrás. Isso significa que a estatal do setor elétrico, da mesma forma que a Petrobras, está isenta de ter de seguir as regras da lei nº 8.666, que regula as concorrências do setor público no país. A extensão à estatal do benefício faz parte da estratégia do governo de fortalecê-la como empresa de referência do setor elétrico. A MP cria um fundo garantidor

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

de empreendimentos elétricos, sobretudo aqueles que constam do PAC. Pelo texto, a aquisição de bens e a contratação de serviços pelo sistema Eletrobrás poderão ser feitas também por licitação simplificada, cujas regras serão definidas em decreto presidencial. (13.05.2009 – O Globo)

Santo Antônio poderá ser antecipada para meados de 2011, estima presidente de Furnas

A UHE Santo Antônio (3.150 MW) poderá iniciar sua operação em meados de 2011, antecipando assim seu cronograma, que previa a entrada em funcionamento somente em 2012. A estimativa é do presidente de Furnas, Carlos Nadalutti Filho. De acordo com ele a usina está atualmente em fase de escavações. No entanto, Nadalutti frisou que a antecipação da entrada em operação está condicionada às obras das linhas de transmissão do Madeira que ligam a hidrelétrica ao SIN. (13.05.2009 – CanalEnergia)

Novo cálculo para PLD pode sair até julho

O diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, disse que até o fim de julho deste ano deverá ser concluído e apresentado à Aneel um projeto para diminuir a volatilidade do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Após aprovação da Aneel, a implantação da nova fórmula de cálculo deverá ser imediata. Segundo Chipp, a ideia principal para a alteração prevê que o PLD continue a ser definido semanalmente, porém, baseando-se nas variações de preço ocorridas nas cinco últimas semanas e não apenas na semana corrente, como acontece atualmente. "Considerando cinco semanas, daria o valor de uma média mensal. Com grande diminuição da volatilidade", considerou. (15.05.2009 - Gazeta Mercantil)

Leilão A-3: aumento de oferta de gás e expectativa de mais projetos hídricos reduziram Custo Variável Unitário

O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, disse que o teto do CVU foi reduzido de R$ 250/MWh para R$ 200/MWh a fim de colocar térmicas menos caras no leilão de energia nova A-3, devido ao aumento do despacho dessas usinas, o que tem ocorrido com mais freqüência ultimamente. O leilão está previsto para o dia 27 de agosto. O CVU mais elevado permite a entrada mais ostensiva de termelétricas a óleo combustível. Outros pontos que ajudaram a reduzir o teto do CVU, segundo Tolmasquim, foram o aumento da oferta de gás natural e da perspectiva de aumento da oferta de empreendimentos hidrelétricos no leilão A-5, ainda sem data definida. A perspectiva, de acordo com o executivo, é ter 1.500 MW de hidrelétricas no leilão A-5. (15.05.2009 – CanalEnergia)

EPE espera que LP de Belo Monte seja liberada até agosto

A EPE espera a emissão da licença prévia da UHE Belo Monte (11.181 MW) até agosto, segundo o presidente da instituição, Mauricio Tolmasquim. Ele disse que terá que entregar o cálculo de custo da usina em até 45 dias antes da publicação do edital. O leilão de Belo Monte está previsto para acontecer em outubro. O EIA/RIMA foi entregue pela Eletrobrás ao IBAMA no final de fevereiro. Tolmasquim afirmou que, para o sucesso do leilão, é necessária a formação de pelo menos dois consórcios. Essa foi a quantidade de empreendedores que disputaram as usinas do complexo hidrelétrico do Rio Madeira (6.450 MW). (15.05.2009 – CanalEnergia)

Garabi, binacional, será dividida em duas usinas

O projeto da hidrelétrica binacional de Garabi (Brasil e Peru) foi ampliado, tanto no número de usinas, quanto em capacidade instalada, segundo anunciou José Antonio Muniz Lopes, presidente da Eletrobrás. O empreendimento, agora, terá duas usinas em forma de complexo hidrelétrico, com capacidade instalada total de 2.900 MW. Inicialmente, o projeto previa a construção de uma usina com potência de 1.800 MW. Lopes salientou, porém, que ainda não há definição de qual será a capacidade instalada de cada uma das usinas, bem como o total de investimentos. Os dados serão definidos pelos estudos de viabilidade do projeto, que estão sendo realizados pela estatal. O objetivo da empresa é iniciar as obras em 2010. (15.05.2009 – CanalEnergia)

Conversão de térmicas: Petrobras precisa de respaldo jurídico para fornecimento de gás

A diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, afirmou que precisa de respaldo jurídico para fornecer gás aos agentes vencedores dos leilões do ano passado e que estiverem interessados em converter suas térmicas a óleo combustível para gás natural. A

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

proposta de conversão partiu da EPE, que já elaborou uma nota técnica e enviou para o MME afirmando que é viável fazer essa conversão. De acordo com Foster, a EPE precisa fazer uma portaria regularizando a situação e dando legitimidade a essa conversão, além de orientar os agentes a procurar os fornecedores de gás de uma forma juridicamente sustentável. A diretora disse que não sabe se o preço pelo qual seria vendido esse gás seria atrativo para os agentes. O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, disse anteriormente que a conversão só será iniciada se todas as térmicas aptas tiverem contrato de fornecimento de gás natural com a Petrobras. (20.05.2009 – CanalEnergia)

Petrobras reduz gás para novas térmicas

O primeiro leilão de energia nova deste ano, que acontecerá em agosto, tende a ter um número restrito de projetos termelétricos movidos a gás natural, se depender da Petrobras. A diretora de gás e energia, Graça Foster, diz que a empresa não vai assumir os riscos do mercado à vista e não vai fornecer contratos firmes de suprimento de gás para viabilizar estes empreendimentos. Com isso, o governo federal terá que lidar novamente com oferta de térmicas movidas a óleo combustível, a exemplo do que aconteceu no ano passado. O principal motivo do desinteresse da Petrobras é o preço. Graça diz que a redução do teto do custo variável unitário do leilão de A-3 de R$ 250/MWh para R$ 200/MWh inviabilizou os contratos. A medida foi tomada pela EPE, em meados deste mês, por entender que há maior oferta de gás no mercado e também porque existe a expectativa de que neste ano sejam leiloados 1,5 mil MW em projetos hídricos no leilão A-5. O grande problema vislumbrado pela Petrobras é que esta redução de preço não tomou como base o comportamento dos preços do gás no mercado internacional. Uma das soluções que está sendo proposta a empreendedores, segundo Graça, é fechar um contrato de GNL, hoje importado pela Petrobras, apenas de transporte e logística de entrega. Assim, o próprio dono do projeto é que assumiria o risco dos preços no mercado à vista. O problema para a Petrobras é que a empresa é obrigada a manter gás suficiente para a qualquer momento, em função de uma decisão do ONS, atender a demanda de todas as termelétricas movidas a gás do país. A diretora da Petrobras entende que essa disponibilidade do gás precisa estar no preço do fornecimento futuro para as térmicas. (27.05.2009 – Valor Econômico)

Emissões térmicas: reflorestamento custará R$ 26 bilhões a consumidores até 2030

A conta do reflorestamento de áreas desmatadas a ser executado pelas térmicas poderá impactar os consumidores do país em R$ 26 bilhões até 2030. O montante refere-se à exigência estabelecida do IBAMA, conforme Instrução Normativa n° 7 e considera os empreendimentos que estão previstos pelo Plano Nacional de Energia 2030. O total equivale a um custo adicional de cerca de R$ 1 bilhão nas contas de luz por ano. A conta é do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico e mostra que o impacto financeiro deve ser ainda maior quando for calculado o investimento necessário para a instalação de energia renovável por esses empreendimentos (a IN prevê a compensação de 1/3 das emissões por reflorestamento e 2/3 por geração com fontes alternativas). Os dados consideram a potência instalada de 7.570 MW de usinas a óleo e 6.500 MW de térmicas a carvão. Os R$ 26 bilhões correspondem ao custo do plantio mais o custo da terra. Os empreendedores térmicos teriam ainda que investir na construção de 13.900 MW de capacidade instalada de plantas hídricas ou eólicas. (20.05.2009 – CanalEnergia)

BNDES libera R$ 1,4 bilhão para usina térmica de Pecém

O BNDES aprovou financiamento de R$ 1,4 bilhão para a usina termelétrica Porto do Pecém 1, no Ceará, uma sociedade entre a MPX Energia e a EDP Energias do Brasil. A usina será movida a carvão. A MPX aguarda um segundo financiamento, no valor de R$ 615 milhões, para Pecém 2, a outra térmica movida a carvão que também será construída em São Gonçalo do Amarante, cidade próxima a Fortaleza onde está instalada o porto de Pecém. Pecém 2 obteve crédito de R$ 323 milhões do Banco Itaú BBA no início de maio. Pecém 1 vai gerar 720 MW, divididos em dois módulos de 360 MW cada um. A energia será entregue ao pool de distribuidoras a partir de 2012. As usinas da MPX fazem parte do PAC. (22.05.2009 – Valor Econômico)

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Consórcio Madeira Energia fecha financiamento de R$ 6,2 bilhões

O consórcio Madeira Energia acaba de fechar um financiamento de R$ 6,2 bilhões para a usina de Santo Antônio cujos investimentos devem somar R$ 13,5 bilhões. Do total do financiamento, o maior obtido por um programa de project finance no mundo no primeiro trimestre de 2009, R$ 3,1 bilhões representam investimentos diretos do BNDES e a outra metade será repassada por um consórcio de bancos formado majoritariamente por instituições nacionais: CEF, BB, Banco do Amazônia, Banco do Nordeste, Bradesco, Santander, Itaú Unibanco e Banco Espírito Santo. (22.05.2009 – Gazeta Mercantil)

Transmissoras pagarão R$ 34,1 milhões em encargos referentes a março

A Aneel fixou as quotas da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis e da Conta de Desenvolvimento Energético de nove transmissoras. Ao todo, Cteep, Furnas, Cemig, Celg, Copel, CEEE, Chesf, Eletronorte e SMTE pagarão cerca de R$ 34,1 milhões referentes ao mês de março. Segundo despacho publicado no Diário Oficial da União dia 22 de maio, as quotas fixadas pela agência valem para as concessionárias de transmissão que atendem consumidores livres e/ou autoprodutores com unidades de consumo conectadas às instalações da Rede Básica do SIN. (22.05.2009 – CanalEnergia)

Inventário do rio Tapajós identifica sete usinas com potencial de 14.245 MW

A Aneel aprovou o Inventário Hidrelétrico do rio Tapajós, no qual foram identificados sete aproveitamentos hidrelétricos, com potencial total de 14.245 MW de capacidade instalada. Segundo a Aneel, a próxima etapa para a implantação dos empreendimentos é a elaboração dos Estudos de Viabilidade dos sete aproveitamentos indicados no Estudo de Inventário. (22.05.2009 – CanalEnergia)

IBAMA aceita estudos para usina de Belo Monte

Planejada para ser a maior hidrelétrica brasileira, a usina de Belo Monte (PA - 11.181 MW) teve os estudos de impacto ambiental aceitos pelo IBAMA no dia 22 de maio. Trata-se de passo importante na emissão da licença ambiental prévia ao empreendimento. O custo da usina está estimado em R$ 9,6 bilhões. (23.05.2009 – Folha de S. Paulo)

Aneel defende licitação de PCHs para ganho na modicidade tarifária

O diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, defendeu a competição no mercado de PCHs, por meio de licitação. Na avaliação dele, a extensão da autorização para usinas de até 50 MW, mesmo sem características de PCHs, não deve impactar muito o trabalho da Aneel, mas o ideal seria mantê-las sob licitação, para aproveitar o benefício da competição - a modicidade tarifária. (25.05.2009 – CanalEnergia)

Aneel fixa quotas do Proinfa a nove transmissoras

A Aneel fixou as quotas referentes ao Proinfa de nove transmissoras. Ao todo, CEEE, Cemig, Chesf, Copel, Cteep, Eletronorte, Furnas, Celg e SMTE pagarão cerca de R$ 12,1 milhões referentes ao mês de julho. Os valores fixados pela agência valem para empresas que atendem consumidores livres e/ou autoprodutores com unidades de consumo conectadas às instalações da Rede Básica do SIN. (26.05.2009 – CanalEnergia)

Fazenda deve recomendar aprovação, sem vetos, de "MP das hidrelétricas"

A Secretaria do Tesouro deve perder a briga sobre o veto à extensão de cobertura do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE) para empresas estatais que não são federais. A ampliação, que beneficiou as companhias de energia estaduais, foi aprovada na Câmara durante a tramitação do projeto de conversão em lei da MP 450. A regulamentação da "MP das hidrelétricas" é considerada fundamental para garantir os financiamentos para obras de energia do PAC. Com as alterações aprovadas na Câmara, onde o relator foi o deputado Eduardo Cunha (PMDB - RJ), os Estados e o Distrito Federal ganham o direito de contribuir para o FGEE, e, consequentemente, as empresas estaduais poderão receber garantia do fundo. As instituições financeiras credoras deixam de ser apenas as federais e seus agentes repassadores, e passam a ser qualquer instituição financeira. As obras beneficiadas deixam de ser apenas as do PAC e passam a ser quaisquer obras de geração ou transmissão de energia, no Brasil ou no exterior, ou qualquer obra considerada estratégica pelo Poder Executivo. Sem o FGEE, haveria muita insegurança nos

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

empreendedores interessados na construção de novas usinas hidrelétricas, incluindo a de Belo Monte. Mais da metade dos investimentos tem sido financiada pelo BNDES, mas a exigência de ativos que garantam os empréstimos tornou-se um problema para muitas empresas, depois do agravamento da crise internacional. O fundo dará garantias exigidas nos financiamentos. (27.05.2009 – Valor Econômico)

Licença de Jirau só depende do governo de Rondônia

Segundo o presidente do IBAMA, Roberto Messias, a emissão da licença de instalação definitiva que permitirá a retomada das obras da UHE Jirau, no Rio Madeira, depende apenas de um acordo entre os empreendedores do projeto e o governo de Rondônia. As obras estão paradas desde o dia 18 de maio quando a licença para construção do canteiro de obras expirou. O acordo com o governo de Rondônia refere-se a investimentos que a Energia Sustentável do Brasil (responsável pela obra) tem de fazer na infraestrutura social e na segurança pública da região, para compensar os impactos da usina. A Energia Sustentável do Brasil fechou acordo com a Prefeitura de Porto Velho para fazer investimentos de R$ 69,3 milhões, principalmente nas áreas de educação e saúde do município. Um acordo semelhante precisa agora ser fechado com o governo do Estado. As conversas com o governo de Rondônia, porém, podem ser dificultadas pelo fato de a Justiça Federal ter determinado, no dia 27 de maio, o afastamento por 90 dias do governador do Estado, Ivo Cassol. O presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz, disse, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que cada dia de paralisação da obra da UHE Jirau gera um prejuízo de R$ 6 milhões. O diretor da Eletrosul, Ronaldo Custódio, que pertence ao Grupo Eletrobrás, explicou que esse prejuízo é dividido em duas partes: R$ 1 milhão para manter a infraestrutura e os empregados e R$ 5 milhões por dia pela energia que deixará de ser vendida quando a hidrelétrica começar a produzir. (28 e 29.05.2009 – Estado de São Paulo)

MME prorroga prazo de cadastramento para leilões A-3 e de energia eólica

O MME prorrogou o prazo para cadastramento de projetos para o leilão de energia eólica. O objetivo é dar mais tempo para os empreendedores interessados em participar do certame. Os interessados tem até 29 de junho, para se inscrever. (14.05.2009 – CanalEnergia)

ABEEólica: conexão de parques à rede ainda tem muitas incertezas

Com o relógio correndo para a data de 25 de novembro, quando ocorre o primeiro leilão de energia eólica no país, o modelo de conexão dos futuros parques à Rede Básica ainda é dúvida. "Ainda não se chegou a conclusão de como será a conexão das eólicas", afirmou Lauro Fiúza, presidente da ABEEólica. A solução das Instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICGs), como feito com as térmicas a biomassa no ano passado, tem empecilhos porque, segundo o executivo, as eólicas têm geração constante ao contrário das térmicas, que operaram em períodos definidos. A situação da conexão está sendo estudada pela EPE, que também corre para preparar a regulação do leilão. Somente após essa questão resolvida. O edital poderá ser apreciado pela Aneel. (14.05.2009 – CanalEnergia)

Governo analisa redução de impostos sobre equipamentos eólicos e solares

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que o governo analisa a redução dos impostos sobre equipamentos de energia solar e eólica. Segundo Minc, essa é uma das principais medidas para aumentar a atratividade dessas fontes de energia, sobretudo a eólica, que tem leilão previsto para o dia 25 de novembro. Além disso, Minc espera para junho o lançamento de um documento para estimular o desenvolvimento da energia eólica no Brasil. Intitulado "Carta dos Ventos", o estudo prevê ainda as necessidades de diminuição ou isenção do índice de nacionalização, realização de leilões anuais e a simplificação do licenciamento. (15.05.2009 – CanalEnergia)

Leilão de eólicas: associações propõem mudanças em regras para ICGs

A ABEEólica, em parceria com a Apine, enviou à EPE uma carta conjunta em que propõem mudanças nas regras no que se refere à construção das ICGs. De acordo com o presidente da ABEEólica, Lauro Fiúza, o documento, que foi elaborado pela PSR Consultoria, mostra, principalmente, que o modelo de ICGs para as eólicas precisa ser

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

diferente do modelo que foi elaborado para a biomassa. A proposta entregue à EPE, segundo Mário Veiga, da PSR Consultoria, é parecida com o que acontece nos grandes leilões, onde os geradores de alta tensão já tem um custo de conexão pré-fixado. Um exemplo recente, de acordo com Veiga, é o do leilão das usinas do Rio Madeira (RO - 6.450 MW). "Nesse leilão, o custo da transmissão já foi pré-calculado antes de haver o leilão de linhas de transmissão do Madeira", destacou o consultor. (19.05.2009 – CanalEnergia)

Angra 1 volta a operar em junho

A Eletronuclear concluiu as obras para troca dos geradores de vapor da usina nuclear Angra 1 e decidiu antecipar de 6 para 4 de junho a retomada das atividades na unidade. As obras começaram em março. (28.05.2009 – Valor Econômico)

Acidente em Angra 2 pode gerar novas regras de segurança

Os procedimentos de manuseio de equipamentos com material nuclear poderão ser revistos, depois do vazamento de produto radioativo na usina nuclear Angra 2. O diretor de radioproteção e segurança nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Laércio Vinhas, disse que, dependendo da avaliação do acidente, as exigências poderão ser ampliadas. O vazamento ocorreu dia 15 de maio. Um funcionário que fazia a limpeza de um equipamento em uma sala de descontaminação de Angra 2 esqueceu uma porta aberta e houve circulação de material radioativo. Quatro pessoas foram contaminadas. Segundo Jordani, o vazamento não trará empecilhos para a construção de Angra 3, que aguarda licença de uso do solo da prefeitura de Angra dos Reis para o início das obras. (29.05.2009)

Eletronuclear e prefeitura de Angra fecham acordo para construção de Angra 3

Foi fechado o acordo para a construção da usina nuclear de Angra 3. A Eletronuclear ofereceu uma contrapartida de R$ 150 milhões, que foi aceita pelo prefeito de Angra dos Reis, Tuca Jordão. Os recursos serão aplicados em projetos voltados para saúde, saneamento e educação. A Eletronuclear, no entanto, aguarda o parecer favorável do TCU a respeito do aditamento do contrato das obras civis com a Andrade Gutierrez. A estatal deve receber o parecer do TCU no fim de junho. As obras só deverão ter início no segundo semestre e tem previsão de durarem seis anos. (30.05.2009 - O Globo)

Biocombustíveis

Cana-de-açúcar terá certificação global

Pressionado pela comunidade internacional sobre a sustentabilidade de sua produção, o setor sucroalcooleiro prepara-se para lançar uma certificação global que garante melhores práticas agrícolas, ambientais e sociais. Conhecida como Better Sugarcane Initiative (BSI), a ação começou a ser elaborada há três anos e reúne grandes produtores e consumidores de açúcar e álcool, além de financiadores e ONGs. Em março, uma versão preliminar de princípios, critérios e indicadores foi publicada e agora passa pelo crivo de consultas públicas. A expectativa é de que em novembro deste ano essas novas normas sejam aprovadas pela Assembleia Geral da BSI, que se reunirá em Londres. Segundo a assessora internacional da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Geraldine Kutas, a certificação tem previsão para começar em 2010. Ela afirmou que cada indicador terá um valor de referência, o que dará mais objetividade ao processo. Além disso, a certificação levará em conta as diretivas da União Europeia para promoção de energia renovável que determinam, a partir de 2010, a redução de 35% nas emissões de gases de efeito estufa, subindo para 50% em 2017 (*baseline* de 1990). Duas empresas já mostraram interesse na certificação: o grupo Balbo, de Sertãozinho (SP) e o Adecoagro, com sua usina em Angélica (MS). Para tanto, elas deverão seguir dez princípios e 100 critérios nas áreas ambiental, social e agronômica. (29.05.2009 – Valor Econômico)

Crise atrasa entrada em operação de novas usinas sucroalcooleiras em São Paulo

Apenas 20 das 35 usinas sucroalcooleiras que deveriam entrar em atividade neste ano, em São Paulo, vão efetivamente começar a operar. Segundo o diretor executivo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), Eduardo Leão de Sousa, o adiamento reflete os efeitos da crise econômica mundial no setor. Embora tenha sido um dos que mais investiram no país

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

(foram mais de US$ 20 bilhões nos últimos três anos) o setor sucroalcooleiro sofreu os impactos da crise, principalmente por depender de capital de giro para manutenção das lavouras de cana. (15.05.2009 – Jornal de Brasília)

Governo aumenta mistura de biodiesel e anima indústria

O governo federal anunciou o aumento na mistura obrigatória de biodiesel de 3% para 4% a partir de 1º de julho. A indústria recebeu a mudança com otimismo e destacou sobretudo o alívio na pressão entre oferta e demanda, que colocava em risco o futuro do setor e o retorno dos investimentos já realizados. Especialistas calculam que o índice de ociosidade nas fábricas deve recuar de 60% para 48% a partir da entrada em vigor da medida. A capacidade de produção instalada é calculada pelas indústrias do setor em 3,5 bilhões litro/ano. Com a implantação do B4, a demanda saltará dos atuais 1,35 bilhão litro/ano para 1,8 bilhão litro/ano, segundo informações da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio). Representantes dos produtores dizem ainda que foi firmado compromisso de reajuste a partir do início de 2010, quando é esperado o novo índice de 5%. Cada ponto percentual acrescentado representa um aumento no consumo de 450 milhões litro/ano. (19.05.2009 – Gazeta Mercantil)

Ministro da Agricultura e UNICA criticam demora do BNDES

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, criticou a demora do BNDES em liberar recursos ao setor agrícola em um cenário de crise de liquidez. Na semana anterior, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), ao anunciar o resultado da moagem e produção no primeiro mês da safra de cana 2009/2010, também criticou o governo federal pelo atraso na liberação dos recursos para financiar estoques de etanol, anunciada em 5 de março, num total de R$ 2,5 bilhões. Os recursos são liberados via BNDES. Com o excesso de oferta no início da safra, o litro do etanol continua a ser negociado abaixo do custo, cenário que poderia ser diferente caso a oferta fosse controlada pelo financiamento de estoques. (26.05.2009 – O Estado de S. Paulo)

Etanol: preços ainda pressionados

Os preços do etanol no mercado interno devem se recuperar apenas a partir do segundo semestre, de acordo com estimativa divulgada pela Job Consultoria, especializada no setor sucroalcooleiro. De acordo com Julio Maria Borges, presidente da Job, a oferta de etanol será expressiva nesta primeira parte da safra principalmente por parte das destilarias que apenas produzem etanol. Segundo Borges, mesmo não havendo excessos de oferta em relação à demanda no decorrer do ano, destilarias novas e empresas descapitalizadas deverão contribuir para deixar os preços pressionados. Este comportamento, segundo ele, vai deixar as cotações do etanol nos mesmos patamares que os registrados na safra 2007/08 quando o etanol hidratado chegou a ser negociado abaixo de R$ 1/litro nos postos de combustíveis. (26.05.2009 – Jornal do Commercio)

Petróleo & Gás

MP tenta bloquear licença ambiental para o Comperj

O MPF anunciou que recorreu ao TRF da 2ª Região contra o atual processo de licenciamento ambiental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Segundo o procurador Lauro Coelho Júnior, autor do recurso, a obra apresenta pelo menos três irregularidades no processo de concessão das licenças dadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea): o fracionamento da avaliação dos impactos ambientais, a inexistência de avaliação ambiental integrada e a apressada concessão da licença de instalação. "Não há uma avaliação de todo o local e o licenciamento também não deixa claro de onde virá a água que abastecerá o complexo. Se a água vier de mar territorial, é necessária licença da União, neste caso do IBAMA", explica o procurador. (14.05.2009 – Jornal do Brasil)

Petrobras descarta risco de atraso no cronograma dos blocos do pré-sal

A decisão da ANP de negar a extensão do prazo exploratório dos principais blocos do pré-sal da bacia de Santos que são operados pela Petrobras não deve afetar a companhia, pelo o que garante a estatal. A empresa

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

informou que seu planejamento estratégico já considerou o cumprimento de todos os compromissos assumidos com a agência reguladora nos prazos estabelecidos. Em reunião, a diretoria da ANP ratificou, por unanimidade, os prazos para encerramento dos planos de avaliação dos blocos BM-S-8 (Bem-Te-Vi), BM-S-9 (Carioca e Guará), BM-S-10 (Parati), BM-S-11 (Tupi e Iara) e do BM-S-21 (Caramba), indeferindo o pedido da Petrobras para prorrogar por quatro anos o prazo exploratório das áreas, que também têm como sócios a Repsol, BG, Galp e Shell. Os prazos começam a vencer em agosto de 2009. As áreas onde não for comprovada a existência de petróleo (declaração de comercialidade), terão que ser devolvidas para a ANP, voltando na prática para a União. (15.05.2009 – Valor Econômico)

Petrobras acha petróleo

A Petrobras informou à ANP a descoberta de indícios de petróleo no bloco BM-S-3, na Bacia de Santos, adquirido no primeiro leilão de concessões realizado pelo órgão regulador, em 1999. Comprado inicialmente por um consórcio formado por Amerada Hess, Keer-McGee e Petrobras, depois de uma intensa disputa com a Texaco, o bloco atualmente é 100% da estatal brasileira, que adquiriu as participações das estrangeiras. O BM-S-3 fica próximo ao BM-S-7 (Piracucá), cuja comercialidade foi declarada pela Petrobras e pela Repsol em abril. A ANP disse que as notificações, no entanto, indicam apenas indícios da presença de hidrocarbonetos, que podem não ser comercialmente viáveis. (19.05.2009 – O Globo)

Estatal dá 1º passo para nova refinaria

O governo do Maranhão e a Petrobras assinaram um protocolo de intenções para a construção de uma refinaria com capacidade de processar 600 b/d de petróleo. A unidade será construída no município de Bacabeira, a 60 km de São Luiz. A refinaria será a maior da América Latina e vai custar cerca de US$ 20 bilhões. A previsão de entrada em operação é para 2013. (18.05.2009 – Gazeta Mercantil)

China empresta US$ 10 bilhões à Petrobras

O governo chinês anunciou o repasse, por meio do Banco de Desenvolvimento da China, de US$ 10 bilhões à Petrobras. O empréstimo foi firmado durante encontro, em Pequim, de Lula e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, com o presidente chinês, Hu Jintao. Segundo a estatal brasileira, o dinheiro ajudará a empresa a desenvolver seus projetos de exploração nas regiões petrolíferas do Brasil, sobretudo na área promissora do pré-sal, e também financiará a compra de bens e serviços de companhias chinesas. Em contrapartida, a Petrobras se comprometeu a aumentar, já a partir do próximo mês, as exportações de petróleo ao país asiático. Pelo acordo, a estatal, que atualmente exporta 60 mil b/d para a China, vai elevar para até 200 mil b/d os embarques do produto nos próximos 10 anos. (20.05.2009 – Gazeta Mercantil)

Indústria ligada ao petróleo precisa de US$ 5 bilhões, diz BNDES

O Brasil precisará investir pelo menos US$ 5 bilhões entre 2009 e 2011 na indústria de bens e serviços para o setor de petróleo e gás, com o objetivo de atender o substancial crescimento que se espera da produção no país. A previsão foi feita pelo diretor de planejamento do BNDES, João Carlos Ferraz. Segundo ele, serão necessários investimentos principalmente nas atividades mais relacionadas com a extração de petróleo em águas profundas, como produção de encanamentos submarinos, equipamentos de automatização e plataformas marinhas. (21.05.2009 – Jornal de Brasília)

Produção de petróleo da Petrobras no Brasil sobe 7,2% em abril

A produção de petróleo da Petrobras nos campos brasileiros subiu 7,2% em abril, para 1,9 milhão b/d, em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo informou a estatal. A oferta de petróleo e gás natural em abril somou 2,3 milhões boe, o que representa um aumento de 6% sobre a produção do mesmo período do ano passado. A produção internacional chegou a 234 mil boe/d, 4% superior ao resultado de abril de 2008. (21.05.2009 – Gazeta Mercantil)

Cai 31% a arrecadação de *royalties* do petróleo

A redução nos preços internacionais do petróleo que vem ocorrendo desde o fim do ano passado fez a arrecadação de *royalties* sobre a produção nacional despencar neste ano. De janeiro até 20 de maio foram R$ 2,8 bilhões, uma queda de 31% em relação aos R$ 4 bilhões pagos em igual período do ano passado. Como o Estado do Rio é o maior

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

arrecadador de *royalties* do país, por concentrar mais de 85% da produção, sofreu igualmente uma forte queda em sua receita. No acumulado do ano até 20 de maio, o estado recebeu R$ 581milhões, uma queda de 29,3% sobre os R$ 822 milhões do mesmo período de 2008. (23.05.2009 – O Globo)

Chuva faz Petrobras fechar 315 poços no RN

As chuvas intensas que caíram no RN forçaram a Petrobras a fechar temporariamente 315 poços de petróleo no Estado. A medida reduz a produção local em 3,2 mil b/d, o equivalente a 0,2% da produção nacional de petróleo. Segundo a estatal, cortes no fornecimento de energia e dificuldade de acesso aos campos de petróleo levaram à decisão. O problema se concentra na região oeste do Rio Grande do Norte e no Vale do Açu, onde a estatal opera 4,3 mil poços petrolíferos. Ainda não há previsão de quando as operações serão retomadas. (26.05.2009 – O Esttado de S. Paulo)

Petrobras responde por 10% de toda a arrecadação

Suspeita de usar métodos indevidos de planejamento tributário para pagar menos impostos aos cofres federais, a Petrobras é hoje responsável por cerca de 10% de toda a arrecadação de tributos no País. No início do ano, os técnicos da Receita perceberam que a empresa vinha reduzindo abruptamente os pagamentos de contribuição sobre combustíveis (Cide) por meio de uso de créditos tributários. Com o dinheiro a mais que diz ter pago de Imposto de Renda e CSLL em 2008, a Petrobras passou a descontar da Cide e do PIS/Cofins o que devia. De acordo com a Receita Federal, o total de compensações entre dezembro e março foi de R$ 4,4 bilhões. (14.05.2009 – O Estado de S. Paulo)

Leilão do pré-sal inicia em 2010, afirma Lobão

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que os leilões das áreas de petróleo na camada pré-sal terão início no ano que vem. Em 2007, o governo desistiu de oferecer às empresas, em leilão, 41 áreas na região do pré-sal. A retomada dos leilões depende da criação de novas regras para a exploração do petróleo na camada. (29.05.2009 – Folha de São Paulo)

Petróleo reanima a indústria naval

A indústria brasileira de construção naval deflagrou uma segunda onda de investimentos após o chamado "renascimento" do início da década, que culminou com a reabertura dos principais estaleiros nacionais. Agora, porém, o foco é a expansão da capacidade instalada, com tecnologias avançadas para atender à demanda do setor de petróleo. Há hoje pelo menos oito novos canteiros projetados para o País, com investimento total de R$ 8,4 bilhões. Além do histórico volume de recursos em novas unidades, executivos do setor contam que, mesmo com a crise, também vão investir para ampliar e modernizar as estruturas já existentes. O apetite é motivado pela extensa carteira de encomendas da Petrobras (296 embarcações entre plataformas, navios e barcos de apoio) e pelo crescimento da atividade petrolífera privada no País. (24.05.2009 – O Estado de S. Paulo)

Estrangeiras concordam em elevar oferta de gás na Bolívia

Companhias estrangeiras de energia que operam na Bolívia concordaram em aumentar a produção de gás natural em quase 10%, disse o presidente da empresa estatal de energia YPFB, Carlos Villegas, segundo a mídia local. Treze companhias, incluindo a Petrobras, a espanhola Repsol e a francesa Total, assinaram acordos que permitem à Bolívia aumentar a produção de gás para 44,68 milhões m³ por dia, ante 41 milhões m³. (13.05.2009 – Gazeta Mercantil)

Petrobras vende 5,1 milhões de m³/dia de gás natural em leilão de curto prazo

A Petrobras realizou dia 12 de maio três leilões eletrônicos para venda de gás natural em contratos de curto prazo. Foram comercializados 5,1 milhões m³/d de gás natural para entrega nos meses de maio, junho e julho. Foi realizado um leilão específico para cada mês de fornecimento com volume e preços distintos entre si. A Petrobras já realizou cinco leilões eletrônicos individuais esse ano, os dois primeiros ocorreram no dia 24 de abril, com entrega prevista para maio e junho. O preço médio de venda foi de US$ 4,29/ milhão de BTU, o que corresponde a uma redução de 31% sobre o valor médio dos contratos em vigor com as distribuidoras. (13.05.2009 – CanalEnergia)

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Petrobras estuda fazer mais leilões para reduzir estoques de gás

A Petrobras admitiu uma queda na demanda de gás natural e anunciou que fará dois ou três leilões além dos cinco já realizados este ano para reduzir os estoques do combustível. A queda da demanda é decorrência da substituição do produto por outros combustíveis no setor automotivo, como o etanol, com preços quase similares aos do gás natural, explicou Foster. (27.05.2009 – Jornal de Brasília)

Gasmig dá garantia para gasoduto

A Cemig, por meio da subsidiária Gasmig, dará à Petrobras garantia de compra integral de gás natural, caso a empresa petroleira faça a construção do gasoduto que ligará o interior de São Paulo à região do Triângulo Mineiro. Segundo o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Sergio Barroso, uma proposta neste sentido deverá ser entregue à Petrobras. (20.05.2009 – Valor Econômico)

Petrobras envia gás excedente para o Sul

A seca no Sul do País está ajudando a Petrobras a dar destino ao excedente de gás no mercado brasileiro. Com reservatórios vazios e hidrelétricas paralisadas, a Região Sul vem recebendo diariamente energia do Sudeste, que teve a geração de energia reforçada pelas térmicas a gás. De acordo com a diretora de gás e energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, a utilização das térmicas quintuplicou em maio. Segundo ela, a geração térmica atingiu a média de 2,5 mil MW médios, contra os 500 MW médios registrados no final de abril. Para atender ao aumento da geração, a Petrobras ampliou as importações de gás boliviano para 30 milhões m³/d e deve atingir a capacidade máxima do gasoduto (31 milhões m³/d) em junho. Além do aumento no consumo, a ampliação nas importações será necessária por causa de paradas programadas para manutenção de plataformas na Bacia de Campos, o que reduzirá a oferta nacional de gás. (20.05.2009 – O Estado de S. Paulo)

Estudo para o escoamento do gás extraído do pré-sal sairá em 2011

A diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, disse que entregará, até março de 2011, a conclusão dos estudos para o escoamento de gás da região do pré-sal. De acordo com ela, a estatal estuda tanto a possibilidade de desenvolver os projetos sozinha, como com a participação de parceiros. O escoamento do gás produzido no pré-sal é um dos maiores desafios a serem equacionados pela Petrobras. A raiz do problema está no fato de a nova fronteira petrolífera ficar a cerca de 200 km da costa, o que inviabilizaria a construção de um gasoduto. A estatal trabalha com a possibilidade de liquefazer o gás ainda em alto-mar, utilizando uma plataforma flutuante. (21.05.2009 – O Estado de S. Paulo)

Desperdício de gás aumenta 53% no trimestre

A queima ou perda de gás nas plataformas de petróleo da Petrobras aumentou 53,5% no primeiro trimestre de 2009, atingindo o recorde de 10,1 milhões m³/d em março. O problema é fruto do crescimento da produção de petróleo na Bacia de Campos. A Petrobras diz que o aumento da queima é pontual, pois reflete a entrada em operação de três novas plataformas de petróleo que ainda não estavam conectadas a sistemas de escoamento do gás. Segundo a empresa, o volume diminuiu em abril, com a conexão da P-53 a um gasoduto. As outras duas unidades devem começar a escoar gás a partir de julho. (28.05.2009 – O Estado de S. Paulo)

Lei do gás já tem proposta de regras

O MME enviou uma proposta de minuta do decreto de regulamentação da lei do gás para ser avaliada pelas associações e entidades do setor, e também pela Petrobras. Os 70 artigos da proposta de minuta do decreto repetem exaustivamente grande parte do texto da lei, mas algumas mudanças podem ainda ser notadas. A ANP sai fortalecida e terá papel fundamental para licitar ou autorizar o uso de gasodutos, prorrogar prazos etc. A novidade da regulamentação é que também foi dado um papel importante para a EPE, que vai desenvolver estudos para a expansão da malha dutoviária do país. Segundo o texto da proposta, a EPE poderá ainda auxiliar a ANP na determinação da tarifa máxima a ser auferida pelos donos dos gasodutos e ainda no redimensionamento do processo interativo. Para a Petrobras, ficou assegurada a exclusividade dos usos de seus dutos que já foram construídos, estão em construção ou com licença ambiental em andamento até a data da publicação da lei, 4 de março de 2009,

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

por dez anos. Além disso, a concessão vencerá em 30 anos e pode ser prorrogada por igual período. Para os novos projetos, o texto da minuta diz que o período de exclusividade dos novos gasodutos não poderá superar dez anos. (27.05.2009 – Valor Econômico)

Infraestrutura Logística

Profundidade em Itajaí chegará a 14 metros

O porto de Itajaí ganhará uma profundidade de 14 m, ante os atuais 11 m. A intervenção no leito do rio Itajaí Açu custará R$ 40 milhões, com conclusão prevista para outubro de 2010. O ministro dos portos, Pedro Brito, disse que o respectivo projeto, tocado pela administração do porto, sofreu algum atraso devido aos efeitos das enchentes do fim de 2008, mas o ponto crítico, neste momento, é o do licenciamento ambiental, que deve ser autorizado pelo IBAMA e não por órgão estadual. Segundo Brito, a intenção da SEP é lançar a licitação até outubro, garantida por recursos do PAC, via Plano Nacional de Dragagem, que inclui os 18 maiores portos brasileiros, com investimento total de R$ 1,4 bilhão. (14.05.2009 – Valor Econômico)

Paranaguá irá receber verbas para dragagem

O Governo Federal liberou R$ 53 milhões do PAC para a contratação de serviços de dragagem e aprofundamento do canal da Galheta, que dá acesso de navios aos portos de Paranaguá e Antonina. O superintendente dos dois portos, Daniel Lúcio de Souza, explicou que o canal passará de 14 m para 16 m de profundidade. (25.05.2009 – Gazeta Mercantil)

Dragagem em Santos está em análise

O aperto das exigências ambientais prejudicou o cronograma das obras de dragagem no porto de Santos que receberá investimentos de R$ 167 milhões para aumentar a profundidade de seus acessos aquaviários para 15 m. Segundo o ministro-chefe da SEP, Pedro Brito, o IBAMA determinou a realização de testes de contaminação do sedimento a ser retirado na dragagem. A análise dos testes leva dois meses. (26.05.2009 – Valor Econômico)

Paraguai volta a exportar por Paranaguá através da Ferroeste

As exportações do Paraguai através do Porto de Paranaguá serão reativadas por um grupo de cooperativas, empresas privadas e exportadores de pequeno e médio porte, graças a um acordo firmado com a Ferroeste. O chamado Projeto Cascavel está em fase final de análise pela Receita Federal. O acordo envolve a Ferroeste; o porto seco localizado no Terminal da Ferroeste em Cascavel, administrado pela Codapar (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná); a Claspar (Empresa Paranaense de Classificação de Produtos); o Ministério da Agricultura e a Receita Federal. Através da operação, a Receita ampliará a área alfandegada do porto seco para abranger as instalações de transbordo caminhão-vagão da Ferroeste. O coordenador do grupo de investidores paraguaios, Raúl Valdez, disse que os produtores vão utilizar a ferrovia para exportar soja, milho e trigo, inclusive para o mercado interno brasileiro, e também para importar insumos agrícolas como adubos, fertilizantes e calcário. (20.05.2009 – Diário MS)

Infraero fará concessão de aeroportos, afirma ministro

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, disse que a Infraero não será privatizada e a adoção do modelo de concessão dos aeroportos é uma decisão definitiva do governo. A afirmação foi uma resposta a um estudo encomendado pela Anac, que recomendou a cisão e a privatização da estatal incumbida de administrar os aeroportos. (15.05.2009 – Agência Estado)

Governo conclui projeto que amplia participação estrangeira em aéreas

O projeto de lei que prevê a ampliação do limite de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras para 49% do capital total já

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

está concluído e deve ser entregue ao Congresso no segundo semestre. A informação é do diretor de Política de Aviação Civil da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa, Fernando Antônio Ribeiro Soares. O Código Brasileiro da Aeronáutica (CBA) limita em 20% a participação estrangeira no setor. Segundo Soares, o projeto também vai mudar o status das empresas aéreas. As companhias, que recebem uma concessão do governo para operar com transporte aéreo, passarão a receber autorização de transporte aéreo. A transformação do status das empresas - que de concessionárias passarão a ser classificadas de "autorizatárias" do transporte aéreo vai permitir, segundo Soares, que as companhias se preocupem mais com questões técnicas, como a segurança do passageiro, já que a fiscalização de preços será de responsabilidade dos órgãos de defesa da concorrência. (21.05.2009 – O Estado de S. Paulo)

Pedágio definirá concessão em SP

O governador José Serra confirmou que a Rodovia dos Tamoios (SP-99) é a mais cotada para ser entregue à iniciativa privada ainda neste ano. Ele já havia anunciado que o governo lançará um novo pacote de concessões de estradas e, pela primeira vez, de aeroportos. No caso das rodovias, já decidiu que a concessão será dada a empresa que oferecer a menor tarifa de pedágio. (13.05.2009 – O Estado de S. Paulo)

BNDES empresta R$ 750 milhões à OHL Brasil

Já em fase de cobrança de pedágios em duas das principais rodovias do País, a OHL Brasil S/A teve aprovado empréstimo-ponte de R$ 756,4 milhões do BNDES para aplicação em vias federais sob sua concessão. O grupo de origem espanhola foi o vencedor do leilão para exploração de cinco dos sete lotes de rodovias federais, em 2007. Os recursos serão destinados a investimentos nas autopistas Fernão Dias (BR-381), de São Paulo a Belo Horizonte; Litoral Sul (BR 116/376/101), de Curitiba a Florianópolis; e Régis Bittencourt (BR-116) de São Paulo a Curitiba. (15.05.2009 – Gazeta Mercantil)

Regras para transporte entram em vigor

Entrou em vigor, dia 19 de maio, a nova regulamentação para o transporte rodoviário de cargas. Segundo a ANTT, as novas regras tratam principalmente do sistema de cadastramento no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC). O documento terá de ser solicitado pessoalmente pelo transportador, ou por um representante legal, na sede da ANTT e em instituições credenciadas. A intenção da companhia é facilitar o acesso desses fornecedores ao crédito, principalmente nesse momento de retração econômica. (19.05.2009

DNIT culpa IBAMA por atrasos em obras do PAC

Às vésperas da votação da polêmica MP 452, que incluiu emenda isentando de licenciamento prévio obras em rodovias federais já existentes, o DNIT criticou duramente o IBAMA e culpou a suposta demora no processo de análise ambiental pelo atraso em sete projetos que integram o PAC. Em três estradas, segundo o DNIT, os estudos ambientais necessários para avançar nos trâmites de licenciamento estão parados por falta de autorização para a coleta de fauna. Dois casos considerados graves pelo diretor-geral do DNIT, Luiz Antônio Pagot, são a pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e o trecho catarinense da BR-101. Ele reclama que há partes da BR-163 com autorização para obras, mas elas não começam sem que o IBAMA licencie outros trechos. Na BR-101, Pagot afirma que a análise do IBAMA obrigou o DNIT a rever o projeto original de duplicação da rodovia, acrescentando dois túneis e uma ponte para evitar impactos socioambientais. O problema não é o encarecimento da obra, segundo Pagot, mas o fato de o IBAMA ter exigido que o pedido de licenciamento voltasse à estaca zero depois das adaptações. (26.05.2009 – Valor Econômico)

Odebrecht recebe R$ 1 bilhão para investir na Dom Pedro

O banco Santander liberou a primeira parcela, de R$ 370 milhões, de um empréstimo-ponte de R$ 1 bilhão para a concessionária da rodovia Dom Pedro, a Rota das Bandeiras, iniciar os investimentos no trecho. A Dom Pedro exige investimentos totais de R$ 2,4 bilhões ao longo da concessão, de 30 anos,

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

além do pagamento de R$ 1,3 bilhão em outorga, no prazo de 18 meses - exatamente a duração do empréstimo-ponte. (28.05.2009 – Valor Econômico)

Telecomunicações

AES Eletropaulo Telecom e Light avaliam comercialização de internet via rede elétrica

A AES Eletropaulo Telecom e a Light avaliam a exploração comercial do serviço de internet compartilhada na rede elétrica, o chamado PLC (*Power Line Communications*). Com projetos-piloto no Rio de Janeiro e São Paulo, as empresas aguardam a regulamentação da Aneel sobre as condições de uso do sistema, cujas regras já foram aprovadas pela Anatel. (13.05.2009 – CanalEnergia)

Explosão do 3G ameaça serviço de banda larga móvel

Até pouco tempo atrás, a expansão da rede 3G estava atrelada à venda de aparelhos celulares que permitiam acessar a internet pela rede das operadoras móveis. Essa realidade mudou drasticamente com o surgimento dos chips que, acoplados aos computadores estabelecem a conexão à internet móvel. Dados compilados pela consultoria Teleco, especializada em telecomunicações, mostram que, entre dezembro de 2008 e março de 2009, a queda na venda de telefones celulares 3G foi de 44,5%, passando para 1,48 milhão de unidades comercializadas. Em contrapartida, entre outubro de 2008 e março de 2009, as vendas do chip 3G de acesso à banda larga móvel (modem) aumentaram 156%, atingindo 3,13 milhões de unidades em uso. O presidente da Claro, João Cox, acredita que há chances de colapso do serviço, em 2012, caso esse ritmo de crescimento seja mantido e a Anatel não coloque mais faixas de frequência em uso. Os sinais 3G são emitidos em uma determinada frequência (em hertz) e há um limite definido de operação, do qual as operadoras estariam se aproximando. Essa também é a posição da TIM. Por isso, desde o final de 2008, as teles, representadas por sua associação (a Acel), pressionam a Anatel pela liberação das frequências ociosas das TVs pagas para a banda larga móvel. A agência decidiu manter as frequências das TVs, mas sinalizou que pode mudar as regras se preciso. (17.05.2009 – Folha de S. Paulo)

Outras notícias

Estudo revela importância dos municípios para melhorar o saneamento básico

A falta de compromisso e de envolvimento dos gestores municipais e da sociedade em relação aos investimentos para tratamento de esgoto é o principal motivo dos problemas de saneamento básico. Essa é a conclusão de um estudo realizado pela organização não governamental Trata Brasil sobre a situação de saneamento básico nas maiores cidades brasileiras. O presidente da ONG, Raul Pinho, explicou que, de acordo com a pesquisa, o desinteresse político e a falta de planejamento resultaram no atual retrato de saneamento básico no país, onde apenas um terço do esgoto produzido é tratado. O restante é despejado em rios, lagoas, praias e mananciais. O estudo da ONG Trata Brasil consiste em uma série histórica, que vai de 2003 a 2007, mostrando a importância dada ao serviço pelos gestores municipais durante o período. Segundo Raul Pinho, em 2003 os investimentos em saneamento básico foram retomados junto com a criação do Ministério das Cidades e com a sanção, em 2007, da Lei do Saneamento, além dos recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, o presidente da ONG acredita que o

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

esforço municipal e a organização junto à empresa escolhida para operar o sistema de saneamento são os fatos mais importantes para garantir a qualidade do tratamento de esgoto nas cidades. (17.05.2009 – Jornal de Brasília)

Após 2 anos, apenas 3% das obras do PAC estão prontas

A avaliação do governo federal é de que 91% das grandes obras do PAC estavam em ritmo satisfatório até dezembro do ano passado. O quadro de execução é , porém, interpretado de forma diferente quando as pequenas, mas numerosas, obras de saneamento e habitação entram no balanço. Segundo levantamento da ONG Contas Abertas, com base em relatórios da Casa Civil , contendo todo o conjunto de 10.914 empreendimentos do programa em todos os Estados, apenas 3% foram concluídos após dois anos do programa, enquanto 74% das obras nem foram iniciadas. Em valores, os empreendimentos concluídos somam R$ 47,7 bilhões, 7,3% do total de R$ 646 bilhões previstos para o PAC, segundo o Contas Abertas. A maior parte deles está no Estado do Rio de Janeiro, R$ 16,7 bilhões, por conta principalmente dos investimentos da Petrobras na compra de três plataformas e na construção de um terminal de gás natural liquefeito (GNL), um aporte total de R$ 11,4 bilhões. Segundo a Casa Civil, os projetos de saneamento e habitação são considerados em um balanço à parte, porque, diferentemente das outras áreas, as obras foram selecionadas ao longo de 2007, o que permitiu que a execução começasse apenas em meados de 2008. (29.05.2009 – Valor Econômico)

Compensação ambiental terá percentual máximo de 0,5%

O presidente Lula assinou, dia 14 de maio, decreto que estabelece os limites para cobrança da compensação ambiental em projetos com impactos considerados não-mitigáveis. A medida estabelece percentual mínimo de 0% e máximo de 0,5% do valor a ser investido - montante este que será ajustado em função de outras variáveis do projeto. (14.05.2009 – CanalEnergia)

Governo pagará bônus contra atraso no PAC

Para evitar que novas greves afetem o ritmo das obras do PAC e garantir um ganho salarial aos servidores do DNIT, o governo enviou ao Congresso um projeto que cria um bônus para 2.947 servidores da autarquia. Pela proposta, os servidores com curso superior receberão R$ 48,7 mil até julho de 2010, caso atinjam metas de desempenho que serão fixadas pelo governo. É como se cada um desses funcionários recebesse seis meses e meio de salário extra. O gasto total chegará a R$ 55,9 milhões. As metas para o DNIT serão fixadas pela Casa Civil, e os ministérios do Planejamento e da Fazenda poderão ter como referência as obras do PAC. Se os objetivos não forem atingidos, não haverá bônus. O projeto, no entanto, prevê a possibilidade de renegociar metas no caso de problemas que atrasem as obras, mas não tenham sido causados pelo DNIT. Além disso, as metas são para o período entre janeiro de 2009 e 30 de abril de 2010. Ou seja, são retroativas. (23.05.2009 – Folha de S. Paulo)

Governo cria linha de crédito do PAC

O governo deve lançar em breve uma nova medida para injetar crédito na economia e tentar evitar atrasos em obras do PAC. A líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT - SC), disse que o governo praticamente já fechou a criação de uma nova linha de financiamento para o capital de giro de empreiteiras que executam obras do PAC. A linha servirá para dar fôlego às empresas e garantir a conclusão das obras. (28.05.2009 – O Estado de S. Paulo)

Documento elaborado com dados disponíveis até 1º de junho de 2009.

Produto da Unidade de Competitividade Industrial (COMPI)
Gerente-executivo da COMPI: Augusto Jucá
Gerente de Infraestrutura: Wagner Cardoso
Equipe: Alexandre Barra, Carlos Senna, Ilana Ferreira, Luciana Nunes e Mariana Castellani
Coordenação: Luciana Nunes
e-mail: infra@cni.org.br

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.